

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR INÁCIO MAGALHÃES
FILHO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Processo nº 00600-00006941/2020-31-e

**SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO DISTRITO
FEDERAL – SINDEPO/DF**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito sob o CNPJ nº
32.901.985/0001-12, situada no SCES Trecho 02, Lote 25, CEP: 70.200-002, Asa Sul,
Brasília/DF, como substituto processual de seus filiados, vem, por meio de seus advogados que
estas subscrevem, à presença de Vossa Excelência, requerer seu ingresso nos autos como

AMICUS CURIAE

pelas razões de fato e de direito que a seguir são explicitadas.

**1. DO OBJETO DA CONSULTA FEITA PELA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO
FEDERAL**

Trata-se de Consulta feita ao Tribunal de Contas do Distrito Federal pelo
Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal para que fosse esclarecida a possibilidade de
aplicação, à aposentadoria dos policiais civis, das regras do Regime Geral da Previdência Social,
especialmente no que tange à averbação do tempo de serviço estritamente policial que exceder
a 20 (vinte) anos para homens e 15 (quinze) anos para mulheres, com conversão desse tempo
especial em comum, mediante contagem diferenciada, tendo em vista o decidido na Repercussão
Geral nº 942 pelo Supremo Tribunal Federal.

O SINDEPO, ao pedir o ingresso como amicus curiae, pretende contribuir
com a discussão sobre a matéria. Demonstrar-se-á que a situação ora discute se enquadra
perfeitamente ao decidido pelo e. STF em Repercussão Geral.

2. DO PEDIDO DE INGRESSO NOS AUTOS COMO AMICUS CURIE

O Representante, requer, **fundamentadamente**, seu **INGRESSO NOS
AUTOS COMO AMICUS CURIAE**, uma vez que o decidido na presente Consulta afetará
diretamente a classe que ora representa, pelo processo em epígrafe se tratar da possibilidade de
conversão de tempo especial em comum dos policiais civis do Distrito Federal.

O *Amicus Curiae* é instituto no cenário jurídico brasileiro, notadamente no âmbito da jurisdição constitucional. Foi introduzido formalmente pela Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, lei regulamentadora do processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade, da ação declaratória de constitucionalidade e da ação direta de inconstitucionalidade por omissão no Supremo Tribunal Federal.

Contudo, o CPC em seu art. 138, também tratou do instituto do *amicus curiae*:

"Art. 138. O juiz ou o relator, **considerando a relevância da matéria**, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.

§ 1º A intervenção de que trata o caput não implica alteração de competência nem autoriza a interposição de recursos, ressalvadas a oposição de embargos de declaração e a hipótese do § 3º.

§ 2º Caberá ao juiz ou ao relator, na decisão que solicitar ou admitir a intervenção, definir os poderes do amicus curiae.

§ 3º O *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas."

Dessa forma, a figura em questão permite ao relator a admissão de interessados no processo, a fim de contribuir para o debate do caso. A admissão vem para prestigiar a interferência de uma pluralidade de sujeitos, argumentos e visões no processo, porquanto o debate e a contribuição de importantes entidades representativas trazem ao julgamento uma visão ampla da dimensão do que será decidido.

A **relevância da matéria** é, em termos gerais, compreendida a partir da amplitude e transcendência do tema objeto de discussão, em vistas da complexidade da causa, do nível de indagação jurídica, existência de repercussão na ordem pública e pertinência entre o postulante e o objeto da ação.

O tema objeto da presente demanda é a afetação dos servidores públicos, especificamente os policiais civis, no que se refere a possibilidade de averbação de tempo de serviço especial em comum para aposentadoria. É dizer que a análise da consulta e seu resultado influenciará a vida de diversos servidores representados pela entidade que ora pleiteia seu ingresso.

Nesse sentido, quanto à relevância da matéria, vale registrar que a discussão é COMPLEXA e o impacto do julgamento da demanda atingirá o direito de todos os representados pelo SINDEPO, que atua diretamente no setor de segurança pública.

Por outro lado, no que tange à **representatividade**, tem-se que o Estatuto do SINDEPO dispõe de forme expressa no sentido de que:

“Art. 1º O Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal – SINDEPO-DF, fundado em 25 de julho de 1989, com sede e foro em Brasília-DF, base territorial no Distrito Federal, é uma sociedade civil com duração indeterminada, sem fins lucrativos, que congrega Delegados de Polícia do Distrito Federal, ativos e aposentados, assim como pensionistas destes e os regularmente inscritos em curso de formação de Delegado de Polícia promovido pela Academia de Polícia Civil do DF.

§ 1º. O SINDEPO-DF é constituído com a finalidade de representar legalmente, perante os poderes constituídos, os interesses coletivos e individuais dos seus sindicalizados, bem como defender seus direitos e prerrogativas, inclusive em questões judiciais ou administrativas, podendo colaborar com entes públicos, demais sindicatos e associações de classe, no trato de matérias de interesse comum.”

O art. 3º corrobora tal finalidade:

“Art. 3º São finalidades e prerrogativas do SINDEPO-DF:

I - representar a categoria funcional de Delegado de Polícia do Distrito Federal e seus aposentados e pensionistas perante as autoridades administrativas ou judiciárias, ou qualquer entidade de direito público ou privado;”

Dessa forma, por ter a entidade peticionante preenchido todos os requisitos legais, é que o presente requerimento de atuação nos autos na condição de amicus curie merece ser deferido. Somente assim terá a entidade capacidade de levar ao conhecimento do Relator e demais Ministros deste e. TCDF aspectos relevantes e complexos da situação que rege a discussão jurídica travada nos autos.

3. DO DIREITO À CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM AOS POLICIAIS CIVIS DO DISTRITO FEDERAL

A Constituição Federal estabelece no seu artigo 40, §4º o regime geral para a concessão de aposentadoria, bem como o regime especial. Este último é referente a atividades de risco as quais são exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física do servidor. *In verbis*:

“Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos

pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

[...]

§4º - É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

I – portadores de deficiência;

II – que exerçam atividades de risco;

III – cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.” (grifos nosso)

Da mesma forma, a Lei nº 8.213/91 dispõe sobre o direito à aposentadoria especial e à respectiva contagem de tempo de serviço em condições compatíveis às situações descritas no artigo 40, §4º da Constituição Federal, mais especificamente em seu art. 57. *In verbis*:

“Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei.”

A Lei 8.213/91 foi devidamente regulada pelo Decreto nº 3.048/99 e posteriormente pelo Decreto nº 4.827/03, o qual estabeleceu em seu art. 70, os percentuais que devem ser aplicados em caso de conversão de tempo de atividade sob condições especiais em tempo de atividade comum, vejamos:

“Art. 70. A conversão de tempo de atividade sob condições especiais em tempo de atividade comum dar-se-á de acordo com a seguinte tabela:

Tempo a converter	Multiplicadores	
	Mulher (para 30)	Homem (para
De 15 anos	2,00	2,33
De 20 anos	1,50	1,75
De 25 anos	1,20	1,40

§1º - A caracterização e a comprovação do tempo de atividade sob condições especiais obedecerá ao disposto na legislação em vigor na época da prestação do serviço.

§2º - As regras de conversão de tempo de atividade sob condições especiais em tempo de atividade comum constantes deste artigo aplicam-se ao trabalho prestado em qualquer período.” (grifo nosso)

Contudo, importa registrar que tais legislações regulam aqueles trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, não abrangendo os servidores públicos.

O entendimento do e. STF era de que, na redação do dispositivo constitucional invocado, seria mera faculdade do legislador estabelecer, por meio de lei complementar, as exceções relativas à aposentadoria dos servidores. No entanto, a jurisprudência evoluiu para adotar, **como solução para a omissão legislativa**, a aplicação do sistema revelado pelo regime geral de previdência social, com previsão na Lei 8.213/1991.

Veja-se o conteúdo da Súmula Vinculante nº 33, *in verbis*:

“Súmula Vinculante nº 33: Aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do regime geral da previdência social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica.”

Atento a isso, o e. STF julgou o Tema nº 942, que trata da possibilidade de aplicar as regras gerais de previdência social para averbação do tempo de serviço sob condições especiais, nocivas à saúde ou à integridade física do servidor público, com conversão do tempo especial em comum, mediante contagem diferenciada. Nesse julgado, a Corte Suprema decidiu com base nos seguintes termos:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. APOSENTADORIA ESPECIAL DE SERVIDOR PÚBLICO. ARTIGO 40, § 4º, III, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PEDIDO DE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO EM ATIVIDADES EXERCIDAS SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS QUE PREJUDIQUEM A SAÚDE OU A INTEGRIDADE FÍSICA DO SERVIDOR, COM CONVERSÃO DO TEMPO ESPECIAL EM COMUM, MEDIANTE CONTAGEM DIFERENCIADA, PARA OBTENÇÃO DE OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. POSSIBILIDADE ATÉ A EDIÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 103/2019. DIREITO INTERTEMPORAL. APÓS A EDIÇÃO DA EC 103/2019, O DIREITO À CONVERSÃO OBEDECERÁ À LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR DOS ENTES FEDERADOS. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONFERIDA PELO ART. 40, § 4º-C DA CRFB.

1. A Constituição impõe a construção de critérios diferenciados para o cômputo do tempo de serviço em condições de prejuízo à saúde ou à integridade física, conforme permite verificar a interpretação sistemática e teleológica do art. 40, § 4º, CRFB.

2. Desde a edição das Emendas Constitucionais 20/1998 e 47/2005, não há mais dúvida acerca da efetiva existência do direito constitucional daqueles que laboraram em condições especiais à submissão a requisitos e critérios diferenciados para alcançar a aposentadoria. Nesse sentido é a orientação desta

Suprema Corte, cristalizada no verbete de n.º 33 da Súmula da Jurisprudência Vinculante: “Aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do regime geral da previdência social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica.”

3. Ao permitir a norma constitucional a aposentadoria especial com tempo reduzido de contribuição, verifica-se que reconhece os danos impostos a quem laborou em parte ou na integralidade de sua vida contributiva sob condições nocivas, de modo que nesse contexto o fator de conversão do tempo especial em comum opera como preceito de isonomia, equilibrando a compensação pelos riscos impostos. A conversão surge, destarte, como consectário lógico da isonomia na proteção dos trabalhadores expostos a agentes nocivos.

4. Após a EC 103/2019, o § 4º-C do art. 40 da Constituição, passou a dispor que o ente federado poderá estabelecer por lei complementar idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação. Não há vedação expressa ao direito à conversão do tempo comum em especial, que poderá ser disposta em normativa local pelos entes federados, tal como operou a legislação federal em relação aos filiados ao RGPS, nos termos do art. 57, da Lei 8213/91.

5. Recurso extraordinário desprovido, com fixação da seguinte tese: “Até a edição da Emenda Constitucional n.º 103/2019, o direito à conversão, em tempo comum, do prestado sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física de servidor público decorre da previsão de adoção de requisitos e critérios diferenciados para a jubilação daquele enquadrado na hipótese prevista no então vigente inciso III do § 4º do art. 40 da Constituição da República, devendo ser aplicadas as normas do regime geral de previdência social relativas à aposentadoria especial contidas na Lei 8.213/1991 para viabilizar sua concretização enquanto não sobrevier lei complementar disciplinadora da matéria. Após a vigência da EC n.º 103/2019, o direito à conversão em tempo comum, do prestado sob condições especiais pelos servidores obedecerá à legislação complementar dos entes federados, nos termos da competência conferida pelo art. 40, § 4º-C, da Constituição da República”.¹

Especificamente, em relação a um servidor público **ESCRIVÃO DA POLÍCIA CIVIL**, o e. STF decidiu:

“Trata-se de Recurso Extraordinário interposto em face de acórdão proferido pelo Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Limeira (Vol. 17). Na origem, RICARDO LUIS FONSECA, escrivão da polícia civil desde

¹ RE 1014286, Relator(a): LUIZ FUX, Relator(a) p/ Acórdão: EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 31/08/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020

10.07.1998, ajuizou Ação de Obrigação de Fazer, consistente na “averbação do tempo de serviço em atividades insalubres”, em face do Estado de São Paulo, para fins de aposentadoria especial ou abono de permanência, nos termos do art. 70, do Decreto 3.048/1999.

(...)

É o relatório. Decido.

Cuida-se de matéria eminentemente constitucional, devidamente prequestionada na instância de origem, razão pela qual passo à análise do mérito do Recurso Extraordinário.

Assiste razão ao recorrente.

Trata-se de demanda na qual a parte autora, servidor público do Estado de São Paulo, alega a inexistência de norma regulamentadora, a impedir-lhe a averbação de tempo de serviço em atividades insalubres.

No caso, foram os seguintes os fundamentos da sentença, mantida pelo Juízo de origem (Vol. 8, fls. 1-3):

“O autor pretende, em síntese, a condenação da requerida na obrigação de fazer, consistente na averbação de tempo de serviço em atividades insalubres, para fins de aposentadoria especial ou abono de permanência, nos termos do art. 70, do Decreto 3.048/1999.

O autor aduz que seu direito de contagem nos termos do art. 70, do Decreto 3.048/1999, está amparado pelo §4º, do art. 40, da Constituição Federal.

O autor comprovou nos autos que é escrivão da polícia civil desde 10.07.1998, data em que entrou em exercício. Comprovou, também, que durante mais de 20 (vinte) anos recebeu adicional de insalubridade em seu grau máximo (40%). Ocorre que o próprio texto constitucional invocado pelo autor veda a adoção de critérios diferenciados para a contagem e concessão de aposentadoria, conforme transcrição que segue:

(...)

Assim, conforme previsão constitucional, para que o autor possa utilizar-se de critérios diferenciados, necessária a existência de lei complementar que regule o tema.

A lei complementar nº 1.062/08, em seu art. 2º, que dispõe sobre requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria voluntária aos policiais civis do Estado de São Paulo, prevê requisitos específicos para a aposentadoria voluntária, conforme texto a seguir:

(...)

Possível observar que ausente qualquer regulamentação, por meio de lei complementar, que viabilize a conversão de tempo de serviço de forma especial.

Inviável a aplicação da conversão prevista no art. 70, do decreto 3.048/99, uma vez que não reflete a orientação prevista o § 4º, do art. 40, da Constituição Federal.

Os policiais civis, na condição de servidores públicos, possuem regime de previdência próprio, que deve ser seguido para os fins de concessão de

aposentadoria, ou abono de permanência, até que seja editada lei complementar, nos termos do §4º, do art. 40, da Constituição Federal, que disponha de forma diversa daquela atualmente vigente.”

Quanto à possibilidade de aplicação das regras do regime geral de previdência social para a averbação do tempo de serviço prestado em atividades exercidas sob condições especiais, mediante contagem diferenciada, foi o seguinte o entendimento firmado por esta CORTE no julgamento do RE 1.014.286-RG (Rel. Min. EDSON FACHIN, DJe de 24/9/2020, Tema 942):

(...)

O acórdão recorrido divergiu desse entendimento, devendo, portanto, ser reformado.

Diante do exposto, com base no art. 21, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, DOU PROVIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, para, em conformidade com a tese fixada no Tema 942, julgar procedente o pedido inicial, determinando à autoridade administrativa que proceda à averbação do tempo de serviço comprovadamente prestado pelo autor em atividades insalubres, observadas as normas do regime geral de previdência social relativas à aposentadoria especial contidas na Lei 8.213/1991, até a entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019, quando o direito obedecerá à legislação complementar do ente federado.

Ficam invertidos os ônus de sucumbência.

Publique-se.

Brasília, 4 de fevereiro de 2021.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES

Relator”

Veja-se, portanto, que o e. STF reconheceu o direito dos policiais civis converterem o tempo especial em comum, utilizando-se dos critérios diferenciados, quando a atividade exercida por ele ofereça risco à saúde e à integridade física.

Importa destacar que essa nova visão do STF já começa, inclusive, a operar efeitos em julgados do e. TJDF. Veja-se o seguinte exemplo em que a parte integra os quadros da Polícia Militar do Distrito Federal:

“APELAÇÃO. REEXAME. RETRATAÇÃO. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. **SERVIDOR PÚBLICO DISTRITAL. TEMPO DE SERVIÇO. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE INSALUBRE. CONVERSÃO DO TEMPO ESPECIAL EM COMUM. POSSIBILIDADE. TEMA 942 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.**

1. O Supremo Tribunal Federal ao julgar o recurso extraordinário n. 1.014.286/SP (tema 942) reconhece, até a edição da Emenda Constitucional n. 103/2019, o direito à conversão, em tempo comum, do

tempo de serviço prestado sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física de servidor público, devendo ser aplicadas as normas do regime geral de previdência social relativas à aposentadoria especial contidas na Lei 8.213/1991 para viabilizar sua concretização enquanto não sobrevier lei complementar disciplinadora da matéria.

2. Considerada a conversão do tempo prestado sob condições especiais em comum, é devido o pagamento do abono de permanência a partir da data em que o servidor fez jus à aposentadoria voluntária, porém, permaneceu em serviço.

3. Apelação parcialmente provida.”²

Veja-se que, uma interpretação sistemática e teleológica do art. 40, §4º, permite concluir que a Carta Magna impõe a construção de critérios diferenciados para o cômputo do tempo de serviço em condições de prejuízo à saúde ou à integridade física, tanto dos servidores públicos como especificamente dos servidores públicos **POLICIAIS. A norma em questão visa preservar a isonomia, tendo em conta os danos invariavelmente sofridos por aquele que está sujeito ao ambiente desfavorável, irremediáveis a longo prazo.**

Inegável que reflexos de várias ordens ocorrem no exercício de atividades de risco e que também prejudicam a saúde ou a integridade física daqueles que as exercem. No caso dos policiais civis, o trabalho realizado em turnos de 24 horas, o enfrentamento cotidiano de eventos (carnaval, micaretas, torneios de futebol, festas populares, eventuais culturais e religiosos), greves, passeatas, paralisações, manifestações etc. contribuem para a necessidade de contagem do tempo em especial.

A intenção do legislador, por certo, foi de prestigiar as carreiras que são submetidas a situações amplas de stress e riscos, justamente para compensar os efeitos deletérios da prestação ininterrupta daquele tipo de serviço na saúde dos respectivos servidores.

Com efeito, em nada se distinguem os danos impostos àqueles que laboraram em parte ou na integralidade de sua vida laboral sob o contexto adverso, a não ser na intensidade dos danos, servindo o fator de conversão como preceito de isonomia e calibrando a compensação pelos riscos impostos.

Ademais, não se sustenta o entendimento de que o fator de conversão seria uma hipótese de contagem de tempo ficto, porquanto referida norma, todavia, não tem aplicação irrestrita, sobretudo porque há hipóteses de contagem de tempo ficta admitidas em lei, como a contagem de tempo do servidor em licença para tratamento de saúde.

Além disso, a intenção do constituinte é clara em, cada vez mais, aproximar os dois regimes previdenciários, mas a aproximação tem que ser via de mão dupla. Aqueles direitos

² Acórdão 1322137, 00102712820128070018, Relator: HECTOR VALVERDE, 6ª Turma Cível, data de julgamento: 3/3/2021, publicado no PJe: 17/3/2021. Pág.: Sem Página Cadastrada

que os segurados do RGPS possuem também precisam ser admitidos para os segurados dos RPPS, quando, evidentemente, não incidam em qualquer ilegalidade.

Veja-se o que entende o ministro Luís Barroso no seu voto no MI 4.204/DF:

“(...) entendo aplicável o art. 57, § 5º, da Lei nº MI 4204 / DF 8.213/1991, até porque não há motivo razoável para diferenciar, neste particular, os trabalhadores da iniciativa privada dos servidores públicos, restringindo-se aos primeiros a contagem diferenciada de tempo especial.

15. A própria Constituição tem disposição específica nesse sentido, que reforça tudo o que se vem de expor. Trata-se do art. 40, § 12 [...]”

Não é razoável pensar que para o servidor que laborou em condições especiais, quando regido pelo regime celetista, pode somar esse período, ainda que convertido em tempo de atividade comum, com a incidência dos acréscimos legais, ao tempo trabalhado posteriormente sob o regime estatutário, mas para o servidor que laborou em condições especial pelo regime estatutário não possa converter esse tempo para comum quando continue no serviço público.

Não há como admitir que por omissão legislativa, o servidor que trabalha na mesma condição que o empregador não poderá converter seu tempo especial em comum para aposentadoria comum. **É, por essa razão, que o e STF veio para resolver o problema e dar ao caso o melhor entendimento, este entendimento que também deve ser adotado por este e. TCDF quando da resposta à Consulta feita.**

4. CONCLUSÃO

Isto posto, certo de que esse e. TCDF está sempre atento às demandas com debates complexos cuja instrução deve ser enriquecida por meio do ingresso do ***AMICUS CURIAE***, como é o caso da presente, serve a presente para REQUERER, tendo em vista a relevância da questão constitucional discutida e a representatividade da postulante:

- a) **Sua habilitação, na condição de *amicus curiae* (ou Amiga da Corte),** nos autos da presente Consulta nº 00600-00006941/2020-31-E, para que a postulante possa apresentar manifestações e proferir sustentações orais;
- b) **a juntada do INSTRUMENTO procuratório em anexo,** para que produza seus devidos e legais efeitos, bem como que se procedam as devidas anotações para que a publicação seja feita, **exclusivamente,** em nome do advogado JULIANO COSTA COUTO, OAB/DF 13.802 (artigo 272 do CPC);

- c) que se efetivem os registros nos assentamentos eletrônicos desse Tribunal;
- d) ao final, que seja a presente Consulta julgada no sentido de se conceder aos policiais civis do Distrito Federal a aplicação do Tema nº 942 de Repercussão Geral, especialmente no que tange à conversão de tempo especial em comum.

Termos em que pede deferimento.
Brasília, 31 de agosto de 2021.

JULIANO COSTA COUTO
OAB/DF 13.802

ÉDER MACHADO LEITE
OAB/DF 20.955

ANA CAROLINA DIAS MALTA
OAB/DF 42.875